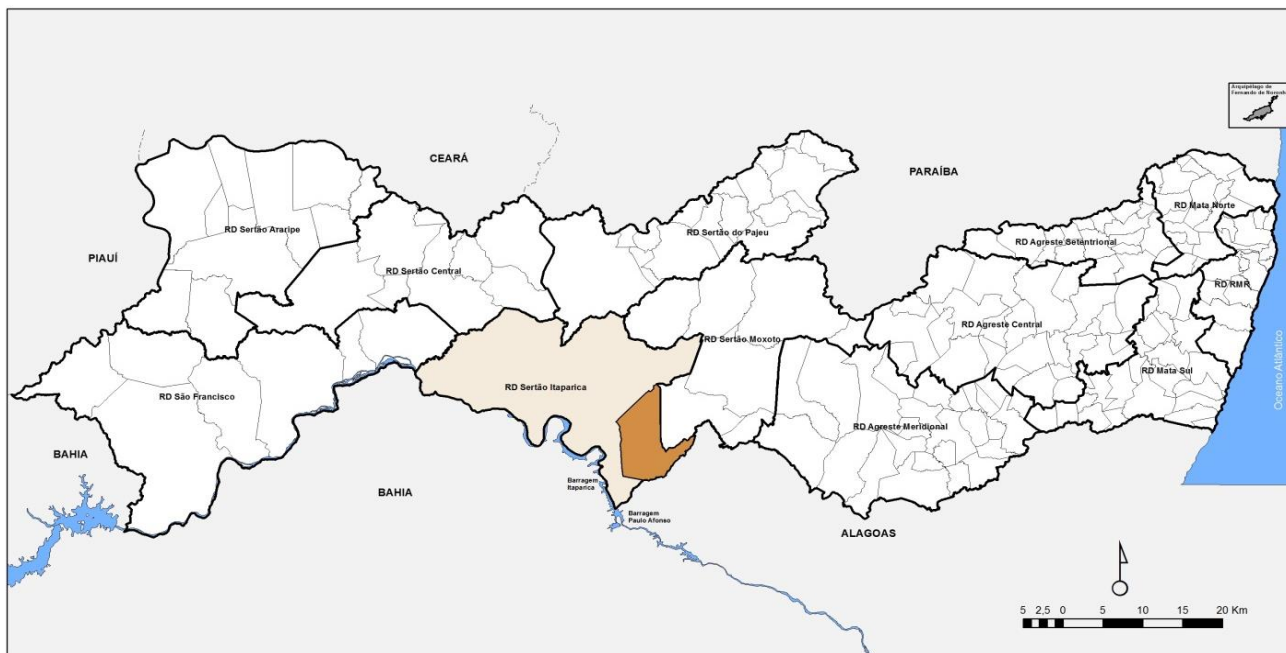


HISTÓRIA MUNICIPAL TACARATU



Desmembrado do município de Petrolândia
Data de recriação: 29/12/1953 Lei Estadual nº 1.818
Data de reinstalação: 01/06/1954
Data cívica (aniversário da cidade): 13/05

No fim do século XVII a primitiva área do município de Tacaratu era ocupada por uma maloca ou ajuntamento de índios pankararus, do grupo linguístico cariri; a maloca denominava-se “Cana-brava”. Posteriormente os índios foram aldeados no lugar chamado Brejo dos Padres, onde fora organizada uma missão dirigida por padres da Congregação de São Felipe Nery. A partir daí, iniciou-se o povoamento da antiga vila de Tacaratu, que tomou o nome de uma das serras existentes na região. Segundo Sebastião de V. Galvão (*in* **Dicionário Corográfico, Histórico e Estatístico de Pernambuco**), na língua cariri esse topônimo significa “serra de muitas pontas ou cabeças” ou, na língua tupi, “cachoeira” ou, ainda, “calvo, pelado”. Mário Melo, citado por Homero Fonseca (*in* **Pernambucânia: o que há nos nomes das nossas cidades**), interpreta como derivado de *ita-quar-atu*, significando “a fuma curta, a lapa de pouca profundidade, a caverna superficial”.

Através de antigos documentos, sabe-se que em 1752 o local era um curato onde existia uma pequena capela consagrada a Nossa Senhora da Saúde, provavelmente erigida pelos padres congregados que serviam na missão de catequese dos índios.



Em setembro de 1760, já um tanto desenvolvida a povoação, os moradores dirigiram uma petição ao bispo diocesano D. Francisco Xavier Aranha solicitando a criação de uma freguesia, a qual foi criada no dia 08 de setembro de 1761, por provisão do bispo, sendo instalada em 1764, pelo padre visitador D. Antônio Teixeira de Lima. Depois de reformada, a primitiva capela passou à condição de igreja matriz (essa igreja foi reconstruída em 1876). Em 17 de março de 1772 foi aprovado, pela Mesa de Consciência e Ordens, em nome do rei D. José de Portugal, o compromisso de uma irmandade das almas, que durante muito tempo funcionou na referida matriz.

No dia 24 de maio de 1808 um Alvará Régio criou o distrito e freguesia de Tacaratu, subordinado ao município de Petrolândia. A Lei Provincial nº 248, de 16 de junho de 1849, elevou Tacaratu à categoria de vila e para ela transferiu a sede do termo de Floresta, então compreendendo as freguesias de Fazenda Grande e Tacaratu. A Lei Provincial nº 345, de 13 de maio de 1854, criou uma comarca no termo de Tacaratu, com os mesmos limites do termo, e sede na vila de Tacaratu. A Lei Provincial nº 620, de 09 de maio de 1865, transferiu a sede do termo e comarca de Tacaratu para o termo de Floresta, ao qual ficou anexo.

Em 1883, com a chegada da ferrovia de Paulo Afonso até Jatobá, o lugar tornou-se uma próspera povoação à margem do rio São Francisco. Em 1º de maio de 1887 a Lei Provincial nº 1.885 elevou o povoado de Jatobá à categoria de vila, para onde foi transferida a sede do município de Tacaratu. Tornou-se município autônomo em 1893, com base no art. 2º das disposições gerais da Lei Estadual nº 52, de 03 de agosto de 1892 (Lei Orgânica dos Municípios). O primeiro prefeito republicano foi o capitão Antônio Joaquim Freire Coutinho. Por Lei Municipal de 27 de setembro de 1897 foram criados os distritos de Espírito Santo e Volta do Moxotó, anexados ao município de Tacaratu.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município é constituído de quatro distritos: Tacaratu, Jatobá (sede), Espírito Santo e Volta do Moxotó. Em dezembro de 1926 a Lei Estadual nº 1.830 transferiu da cidade de Jatobá para a vila de Tacaratu, a sede do município de Jatobá de Tacaratu. A mesma lei elevou a vila de Tacaratu à categoria de cidade enquanto Jatobá voltou a ser vila. Pela Lei Estadual nº 1.931, de 11 de setembro de 1928, foi extinto o distrito de Espírito Santo, cujo território foi anexado ao distrito de Moxotó. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município é constituído de três distritos: Tacaratu, Jatobá de Tacaratu e Moxotó. Em 31 de dezembro de 1936 o município aparece com os distritos de Tacaratu, Jatobá (ex-Jatobá de Tacaratu) e Moxotó. Em 31 de dezembro de 1937 o município é formado pelos distritos de Tacaratu, Itaparica (ex-Jatobá) e Moxotó. Pelo Decreto-lei Estadual nº 92, de 31 de março de 1938, o distrito de Moxotó passou a denominar-se Volta.

O Decreto-lei Estadual nº 235, de 09 de dezembro de 1938, criou o município de Itaparica, elevou a vila de Itaparica à categoria de cidade e para ela transferiu a sede do ex-município de Tacaratu, o qual voltou a ser distrito, o segundo do novo município de Itaparica. No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, Tacaratu figura como distrito de Itaparica. Pelo Decreto-lei Estadual nº 952, de 31 de dezembro de 1943, o município de Itaparica passou a denominar-se Petrolândia. Em divisão territorial datada de 1º de julho de 1950, o distrito de Tacaratu aparece no município de Petrolândia (ex-Itaparica).

A Lei Estadual nº 1.818, de 29 de dezembro de 1953, desmembrou de Petrolândia o distrito de Tacaratu, o qual foi elevado novamente à categoria de município e sede de comarca, constituído de dois distritos: Tacaratu e Caraibeiras (este último criado no dia 12 de outubro de 1953). Foi reinstalado em 1º de junho de 1954. A comarca foi instalada no dia 23 de outubro de 1954, pelo juiz instalador Antônio de Souza Dantas, e classificada como de 1ª entrância pela Lei Estadual nº 1.846, de 21 de maio de 1954. Desativada a comarca em 1999, Tacaratu passou a ser termo da comarca de Petrolândia. Foi reinstalada no dia 13 de maio de 2000, pelo juiz Edílson Rodrigues Moura, integrando a 1ª entrância. Em divisão territorial datada de 1º de julho de 1960, o município é constituído pelos distritos de Tacaratu e Caraibeiras, assim permanecendo em divisão de 2005.

Fontes:

Agência CONDEPE/FIDEM, Calendário Oficial de Datas Históricas dos Municípios de Pernambuco. Recife: CEHM, 2006. V. 3

ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS. Rio de Janeiro: IBGE, 1958. v. 18

FONSECA, Homero. **Pernambucânia**: o que há nos nomes das nossas cidades. Recife: CEPE, 2009.

GALVÃO, Sebastião de V. **Dicionário Corográfico, Histórico e Estatístico de Pernambuco**. Recife: CEPE, 2006. v. 4.

PERNAMBUCO. Tribunal de Justiça. **História das Comarcas Pernambucanas**. 2ª ed. Recife, 2010.

<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/pernambuco/tacaratu.pdf>



AGÊNCIA ESTADUAL DE
PLANEJAMENTO E
PESQUISAS DE PERNAMBUCO

PERNAMBUCO
GOVERNO DO ESTADO